



Anais da Assembléia

N.º 04

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 05 DE MARÇO DE 1979.

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 5 DE MARÇO DE 1979 SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldir Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário da Casa, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 142/78, que declara de utilidade pública a "Creche e Jardim de Infância Servas Franciscanas do Bom Pastor", com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Trajano Bastos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido dia 11 de janeiro do corrente ano, em Londrina, do Sr. YVAN BITTENCOURT, jornalista militante desde 1945, tendo trabalhado nos jornais "O Dia", "Gazeta Esportiva", e no extinto "Correio Paulistano", todos de São Paulo. Também trabalhou na Rádio Bandeirantes e fundou 4 periódicos no Vale do Paraíba. No Paraná, desde 1953, fundou os jornais "Correio do Norte" e "Voz do Povo", e foi Diretor do "Jornal da Exposição" da Associação Rural de Londrina, tendo sido ainda redator de "O Estado do Paraná" e "Gazeta do Povo", e quando do seu falecimento era Diretor da Sucursal da "Folha de Londrina" em Campo Mourão, onde também fundou

o semanário "Gazeta do Oeste".

Requer, outrossim, seja dado à família enlutada, ciência do pronunciamento desta Casa no seguinte endereço:

FAMÍLIA YVAN BITTENCOURT
A/C DA FOLHA DE LONDRINA
LONDRINA - PR

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Darcy Deitos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado voto de pesar pelo passamento do ilustre VICE-PREFEITO da cidade de Clevelândia, Sr. ÁUREO MACHADO, tendo em vista que o extinto gozava no seio daquela comunidade paranaense, elevado prestígio político e reconhecido conceito social.

Que da decisão comunique-se à família enlutada, com remessa de expediente à Prefeitura Municipal de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Nilso Sguarezi

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, voto de congratulações e aplausos ao jornal "DIÁRIO POPULAR", pela passagem do seu 16.º aniversário.

Requer, outrossim, que do presente, dê-se ciência ao jornalista Doutor ABDO AREF KUDRI, DD. Diretor Presidente do dinâmico órgão em referência.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Mário Celso

JUSTIFICATIVA:

Desde sua fundação, há 16 anos passados, o jornal "DIÁRIO POPULAR" assumiu uma posição independente, adotando uma linha séria e objetiva, que o consagrou como exemplo de nossa imprensa. Divulgando fatos, fazendo denúncias ou prestando utilidade pública, nunca fugiu da verdade. Sob o comando do dinâmico jornalista e advogado Dr. Abdo Aref Kudri, conta hoje com uma equipe de profissionais do melhor gabarito, além de um parque gráfico dos mais modernos. Na comemoração dos seus 16 anos de atividades é nosso dever prestar a justa homenagem, exaltando as qualidades de um órgão que luta pelo Paraná e cuja trajetória vitoriosa é das mais brilhantes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, voto de congratulação ao jornal "Diário Popular", pela passagem de seu 16.º aniversário.

Requer, outrossim, que do presente pronunciamento, se dê ciência ao Doutor ABDO AREF KUDRI, fundador daquele prestigioso órgão de divulgação.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(aa) Jurandir Messias e Tuguio Setogutte

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja con-

signado na ata da presente sessão, um voto de congratulações à Associação de Ensino Novo Ateneu, pela inauguração, ontem ocorrida, das modernas instalações do tradicional Colégio Novo Ateneu, localizadas à Rua Alberto Foloni n.º 214, em Curitiba.

O referido acontecimento, se reveste de importância também no sentido filosófico-educacional, pois, demonstra a preocupação em oferecer as melhores condições para que os alunos sintam o PRAZER DE APRENDER.

Outrossim, aprovada esta proposição, dê-se ciência da decisão da Casa, ao grande educador, Professor Doutor Dalton de Oliveira Vianna, Diretor da Associação de Ensino Novo Ateneu e líder de exemplar equipe de trabalho que adota a notável Metodologia Novo Ateneu, em cujo contexto o aluno está sempre em primeiro lugar.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Ezequias Losso

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo à revista "VEJA", pela publicação da reportagem "DESCENDO AOS PORÕES".

Retrato fiel dos acontecimentos políticos brasileiros, a revista "VEJA" mostrou, sem rebuscamentos, aquilo que o povo brasileiro precisava saber, razão pela qual solicita o requerimento em tela.

Que o mesmo seja enviado à direção de "VEJA", bem como à repórter autora da matéria.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Nestor Baptista

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Ex.^a que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Ex.^{mo} Sr. Secretário da Educação e da Cultura, no sentido de ser atribuída gratificação de função, a exemplo de outros setores da administração, correspondente a 50% sobre os respectivos vencimentos, aos diretores de estabelecimentos de ensino, como estímulo ao desempenho da função e também para compensar o acúmulo de responsabilidade.

Cumprе ressaltar que a falta de uma justa compensação pelo desempenho dessa função, os estabelecimentos de ensino ficam na carência de pessoa à altura para o cargo de diretor, quando não tem o seu funcionamento interrompido porque ninguém aceita essa incumbência, como está ocorrendo em Palmeira, no Colégio Estadual "D. Alberto Gonçalves" que as aulas não terão início no prazo por falta de diretor e os professores recusam o cargo.

Ainda, tendo em vista que o estabelecimento "D. Alberto Gonçalves" de Palmeira está sem diretor e por essa razão as aulas não terão início na data prevista, apela-se no sentido da imediata solução, de vez que tal situação está ocasionando prejuízo aos alunos.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Lineu Turra

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Ex.^a que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Ex.^{mo} Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam determinadas providências ao DER, para que proceda reparos na estrada — trecho Palmeira-São João do Triunfo — enquanto não se concretiza o seu asfaltamento, pelo menos no sistema de revestimento do trecho São João do

Triunfo-São Mateus do Sul, de sorte a tomar o tráfego em melhores condições do que se encontra atualmente.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Lineu Turra

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado um telex a Sua Excelência Presidente da República, General Ernesto Geisel, e ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Comandante Euclides Quandt de Oliveira, pedindo a Revisão do Processo que cancela a concessão do Canal 3, Televisão Coroados de Londrina, Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Lázaro Dumont

JUSTIFICATIVA:

O Canal 3, Televisão Coroados de Londrina, foi a primeira concessão feita para o interior do Brasil, há aproximadamente 15 anos atrás, constituindo-se numa tradição, num patrimônio que deve ser preservado. Por outro lado, são inestimáveis os relevantes serviços prestados àquele laborioso povo, no campo das comunicações, que, indignado, não consegue aceitar a idéia de retirada de tal concessão. Além do mais, uma cidade com a grandiosidade de Londrina, merece e necessita de um Canal próprio de TV, não podendo ficar sujeita a receber imagens apenas de outros Canais dos municípios vizinhos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, requer após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Ex.^{mo} Sr. MINISTRO DOS TRANSPORTES, solicitando urgentes providências, para considere-se como obra prioritária, a Estrada de Ferro que liga Guarapuava a Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Trajano Bastos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, requer após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Ex.^{mo} Sr. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA, solicitando providências no sentido de ser criada em Guarapuava, Estado do Paraná, a UNIVERSIDADE DE GUARAPUAVA.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Trajano Bastos

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, e de acordo com o Regimento Interno, a criação e instalação de uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, a fim de estudar e apurar a situação pertinente à Erosão, Poluição, Florestas e Vazão dos Rios no Estado do Paraná, com duração até o dia 05 (cinco) de dezembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Lázaro Dumont

Apoiameto: Gilberto Carvalho, Erondy Silvério, Nilso Sguarezi, Dácio Leonel, João Elísio, Nestor Baptista, João Mansur, Lineu Turra, Jurandir Messias, Tuguio Setogutte, Waldyr Pugliesi, José Tavares, Renato Bernardes, Basílio Zanusso, Palácios, Trajano Bastos, Paulo Camargo, Pinto Dias, Gabriel Manoel, Egon Pudell, Adalberto Daros, Nelson Friedrich, Deni Schwartz, Mário Celso, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, José Domingos e Cyro Martins.

JUSTIFICATIVA:

No final do século passado, o Paraná tinha cerca de 83% de seu território estadual recoberto de florestas, vale dizer pouco menos de 17 milhões de hectares. Em 1963 esta área florestal tinha sido reduzida para 6.090.150 hectares, ou seja, para 30,4% da superfície total do Estado.

Levantamento efetuado pela Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná (UFP) — (Convênio SUDESUL — Governo do Paraná — IBDF) revelou que em 1973 a superfície com florestas naturais tinha sido reduzida a 2.379.547 hectares, ou seja, para apenas 11,83%. Nova verificação que se fizesse agora — com apoio em aerofotometria — revelaria que esse percentual teria baixado para níveis ainda mais alarmantes, pois a expansão considerável dos plantios da soja e do trigo, ocorreram justamente a partir de 1973.

No decênio de 1963 a 1973 foram devastados 3.710.603 hectares de florestas nativas. Nos 15 anos entre 1963 (quando ocorreram os calamitosos incêndios de agosto e setembro desse ano) e 1977, foram reflorestados apenas 456.000 hectares. Dessa forma, os plantios artificiais respondem apenas por um quinto da superfície florestal do Paraná.

Pode-se calcular — sem receio de erro — que a nossa cobertura florestal relativa esteja hoje entre 9% a 10%; ela satisfaz as necessidades atuais e futuras do Paraná?

Para responder, façamos confrontos com a situação de outras comunidades próximas e de estruturas fisiográfica e sócio-econômica parecida com a nossa. A Província de Misiones, na Argentina, tem superfície total de 30.000 km², da qual 63% está coberta de matas; a Província Argentina de Salta com 58%; a de Jujuy (de polos semi-áridos) tem 22%. A Bolívia tem 44% de seu território florestado. O Paraguai 47%. O Uruguai, talvez o menos florestado de todos os países sulamericanos, tem 14,3%.

Na Europa a situação florestal está secularmente estabilizada, com a totalidade dos países empenhados no aumento das áreas de mata, que variam percentualmente de 63% na Finlândia, a 29% na Alemanha, 26% na França e 19% na Itália.

Tal confronto nos leva a concluir pela extrema precariedade do nosso percentual de florestas, tendo-se em conta sobretudo, o fato delas estarem concentradas em duas áreas apenas: a faixa da Serra do Mar e o Parque Nacional do Iguaçu. Afora esses dois maciços não existem mais áreas florestais contínuas, de razoável porte, no Estado do Paraná.

Esse rápido desnudamento está trazendo sérias consequências e os agravará sobremaneira. Seus efeitos não se farão sentir somente na ordem ecológica climática, ambiental e sanitária, mas afetarão também o quadro humano e a economia de nosso Estado.

Politicamente, porque se sabe que o equilíbrio psicológico dos habitantes de Comunidades Industriais — nesta era de barulho, poluição e nervosismo — só é alcançado com a recreação e o confronto visual que a floresta propicia.

Economicamente, porque a madeira e outros produtos florestais proporcionam trabalho para centenas de milhares de trabalhadores paranaenses.

Porém, mais grave do que o progressivo desaparecimento da matéria-prima madeira, é o efeito do desmatamento sobre o regime hidrológico dos nossos rios, cujas baixas de vazão podem comprometer todo o futuro energético do Estado, e até o planejamento hidroelétrico não só do Estado, mas do País.

Diante de perspectivas tão sombrias, e que não são de hoje, (o Prof. Reinhardt Maack vinha alertando sobre a agravação do problema desde 1947), é confortador constatar-se a atenção e o interesse que o Poder Legislativo tem voltado ao tema.

Graças à iniciativa do então Deputado Romário Martins, o Paraná teve um dos primeiros e mais avançados códigos florestais que vigoraram no País (Lei n.º 706, de 19.04.1907), por atualizado em 1919 e 1926.

Foi em função de alertamentos, partidos da Assembléia

Legislativa que os Governadores Manoel Ribas, Bento Munhoz da Rocha e Ney Amintas de Barros Braga criaram as maiores reservas florestais de que chegou a dispor o Estado (hoje lamentavelmente comprometidas). E a Assembléia Legislativa teve ensejo de analisar esse grave problema quando discutiu e votou a Lei n.º 33 (de 17/01/1948), que criou as Reservas Florestais das Regiões Misioneras (Pitanga, Reserva, Tibagi, Jaguapitã e Mandaguari).

Está bem nítido na memória de todos o proveito que tiveram os Membros desta Casa com a iniciativa de seu então Presidente, Deputado Paulo Camargo, em 1976, ao convocar diversos e destacados especialistas para discorrerem e opinarem sobre os nossos problemas ecológicos e ambientais.

É lamentável, porém, que as crises que nos têm atingido não gerem ensinamentos mais duradouros. Haja visto o trágico incêndio florestal de 1963 (que tanta repercussão teve nesta Casa) e que motivou a vinda ao Paraná de uma Comissão da Câmara dos Deputados, cujo relatório foi apresentado na sessão de 9 de novembro do citado ano.

Como decorrência desses dolorosos acontecimentos e do documento citado, o então Governador Ney Amintas de Barros Braga encaminhou a esta Casa mensagem propondo a criação não só da Secretaria de Florestas, como de um Fundo de Defesa Florestal e de uma taxa de Defesa Florestal.

Desta forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, e depois da nossa exposição, temos a certeza de que poderemos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a formação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que grandes benefícios deverá trazer não somente ao Paraná, mas ao País e suas futuras gerações.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 04/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Terra Rica, o Distrito de ADEMAR DE BARROS, com as divisas que seguem: “Inicia no Rio Paranapanema, do lado esquerdo; subindo ao lado esquerdo do Rio Guairacá, até alcançar a estrada OP-202; daí deflete à direita pela estrada OP-202 até alcançar a estrada OP-106; até chegar à estrada Nova Londrina a Guairacá; daí descendo pela margem direita do Rio Quati, até chegar à barranca do Rio Corvo; daí continu até à margem direita do Ribeirão do Corvo até chegar no Rio Paranapanema; daí deflete à direita subindo o Rio Paranapanema até chegar ao ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) Basílio Zanusso

JUSTIFICATIVA:

A área delimitada no perímetro descrito em nosso projeto se notabiliza por incontidos progresso e dinamismo, o que, aliás, é comprovado pelos documentos que fundamentam e ilustram a representação do Sr. Prefeito Municipal de Terra Rica. É área em franco desenvolvimento, tanto que atraiu o interesse do Banco Brasileiro de Descontos - BRADESCO, que aguarda apenas a criação do Distrito de ADEMAR DE BARROS para lá instalar uma sub-agência. São detalhes, que somados a outros, como atendimento dessa legítima aspiração da população local, que justificam a criação do Distrito de Ademmar de Barros e a conseqüente apresentação deste projeto, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N.º 05/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedida aos Oficiais de Justiça, pela

execução de serviços externos e para ressarcir-lhes despesas de locomoção, Indenização de Transporte.

Art. 2.^o — A Indenização referida no artigo anterior será devida na importância de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) aos Oficiais de Justiça com exercício na entrância inicial e de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) aos das entrâncias intermediária e final.

Art. 3.^o — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1979.

(a) Erondy Silvério.

PROJETO DE LEI N.º 6/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO METODISTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABATIÁ, com sede e foro na cidade de Abatiá.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1979.

(a) Gabriel Manoel.

JUSTIFICATIVA:

Registrada sob número 13, às fls. 10 do Livro "A", do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Ribeirão do Pinhal, a entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, vem, há mais de um (1) ano, prestando relevantes serviços à comunidade abatiaense, de forma desinteressada.

Por outro lado, o corpo diretor da referida Associação não percebe qualquer forma ou tipo de remuneração.

Assim sendo e tendo em vista que a pretensão preenche os requisitos legais, apresentamos o presente plano de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio e aprovação final.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para fazer a leitura de um requerimento que diz o seguinte: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, desta Casa de Leis, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja conferido à Rede Globo de Televisão, por intermédio da TV Paranaense Canal 12, VOTO DE CONGRATULAÇÕES, manifestando o regozijo deste Poder Legislativo, pela concessão do prêmio "SALUTE 1979", conferido pelo Conselho Internacional da Academia Nacional de Artes e Ciências de Televisão dos Estados Unidos.

Tal honraria é concedida anualmente pelos membros do Conselho Internacional, laureando emissora de Televisão que, comprovadamente, mereça destaque na qualidade técnica de sua programação, na sua criatividade de produção e na repercussão internacional de seus programas.

A par destas qualidades, foi reconhecida a penetração e a liderança, em todo o território nacional, da Rede Globo de Televisão, que atualmente, encontra-se em igualdade com a BBC de Londres e a Televisão Suíça, estas já laureadas pelo seu desempenho e capacidade.

Assim, nada mais justo que este Poder preste sua homenagem nesta oportunidade a esta Rede de Cultura e Entretenimento, que hoje, ultrapassando nossas fronteiras, orgulha o nosso Estado e o nosso País.

Requer, ainda que, da decisão desta Casa, seja dado

conhecimento à Direção da TV Paranaense Canal 12, integrante da Rede Globo de Televisão e co-participante da distinção.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1979.

(a) Fabiano Braga Côrtes."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com muita satisfação que, pela primeira vez, faço uso desta tribuna. E que sejam as minhas primeiras palavras de saudação aos demais Companheiros da Casa, Srs. Deputados, aos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e aos Diretores da Casa.

Minha participação nestes próximos quatro anos, de muita luta, será, realmente, em prol desta comunidade paranaense que tanto está necessitada de incentivos, de apoios e de projetos que venham a beneficiá-la.

Fundamentalmente, farei oposição, uma oposição séria e consciente, uma oposição sem ataques pessoais, atacando sim, a causa, atacando sim, o problema.

Lutarei pelo restabelecimento democrático, porque acredito que sem democracia o progresso só beneficia uns poucos em detrimento de um povo.

Brigarei sempre em defesa dos interesses do povo do meu Paraná, lutando contra a corrupção, o arbítrio e pela democracia, além da reconquista da soberania popular: o voto popular que é muito importante.

Quero deixar registrado meus agradecimentos à Câmara Municipal de Curitiba, uma Casa de Leis exemplo, uma Casa modelo e que me deu os primeiros ensinamentos nesta caminhada política.

Quero agradecer à imprensa que sempre me incentivou e me apoiou neste início de carreira e que, tenho certeza, assim continuará fazendo.

Agradeço aos 12.396 eleitores, que depositaram a confiança neste humilde Deputado.

Quero aproveitar estes minutos que disponho, do Pequeno Expediente, para levantar o problema do menor abandonado. Considero-o, sinceramente, um dos problemas mais graves, o do menor abandonado, e que deve ser tratado com muito carinho e muita energia, por parte desta Casa de Leis.

Pretendo pedir o reativamento da Comissão Especial do Menor, da CPI do Menor. (Lê:

"Sem dúvidas e irrecusavelmente, o mais grave problema social deste País é o do menor abandonado que, via de regra, torna-se infrator.

Dias atrás tivemos como exemplo o caso da FEBEM, em S. Paulo, quando menores revoltados pelo sofrimento de maus tratos acabaram por fugir e passaram a praticar desordens, saciando uma sede de vingança. No Paraná a situação do menor abandonado é cada vez mais agravante, pois diariamente as manchetes dos jornais apontam pivetes integrando quadrilhas ou praticando furtos, assaltos, crimes fatais e envolvimento em tóxicos.

Os "trombadinhas", antes privilégio negativo de S. Paulo e Rio, hoje integram uma realidade paranaense. Na Capital, todos os dias, senhoras são atacadas nas ruas centrais. Caixas de estabelecimentos comerciais são roubadas. A punção nos coletivos aumenta sempre. Esta ação é responsável por, pelo menos, 30 (trinta) casos policiais diários no Paraná, entre: assaltos, arrombamentos, homicídios, latrocínios e furtos.

Trata-se de um problema dos mais graves, pois ameaça cada vez mais a segurança e a sociedade. Antes de ser um problema social, e assim deve ser tratado. Para acabar com os focos de miséria é necessária uma melhor educação e uma assistência social mais forte, eliminando as causas para acabar com os efeitos. Já dizia Pitágoras: Eduquemos os meninos e não será necessário castigar os homens. Não adianta somente fazer

leis para o povo, pois devemos principalmente educar este mesmo povo para o cumprimento destas leis. Se a liberdade humana consistisse em não seguir lei alguma, ela seria ainda mais imoral do que absurda.

Problemas de ordem econômico-financeira e da própria estrutura social imposta à nação é que geram a triste história do menor abandonado.

Uma distribuição de riquezas absurdamente desigual faz com que o trabalhador da cidade enfrente problemas com a queda do poder de compra do salário, impotente para satisfazer as mínimas necessidades da família. Desta forma o chefe da casa não consegue controlar a ação dos filhos, que deixam as favelas ou os locais mais distantes para chegar ao centro da cidade, na tentativa de conseguir dinheiro a qualquer custo.

O mesmo acontece com o trabalhador rural, que luta para conseguir pelo menos um salário mínimo, vivendo seus sonhos de 13.^o salário, férias, horas extras ou jornada de oito horas de trabalho. Enquanto ele busca o cumprimento da legislação existente, sempre ignorada, seus filhos deixam o campo, a lavoura, na tentativa de encontrar novo caminho em grandes cidades.

Um garoto de 13 anos, sentindo os problemas enfrentados pelo pai, não se sujeita a ficar em casa, compartilhando com o sofrimento familiar. Ele vai em busca de novos rumos, acabando por perambular pelas cidades, sendo facilmente aliciados para a criminalidade, treinados inclusive por marginais para o exercício da punição. Frisou bem, durante um programa de TV, o General Murici: os menores atacam sem saber porque atacam. É a dura realidade, são crianças sem família e sem apoio.

Por outro lado, órgãos do Governo responsáveis pela solução do problema se tem mostrado praticamente impotentes para enfrentar essa grave questão.

Mesmo porque os centros de recuperação atuam num incessante regime de vaivém.

Direitos somente no papel não resolvem. O menor tem amparo, dizem, mas está desamparado. Está solto pelas ruas, alguns até mesmo com armas poderosas (caso do garoto da 7.65).

Não adianta dar milho em garrafa, pois o cavalo não pode comer e morre de fome. Ele tem o milho, mas não pode comer.

A Constituição do Japão define bem em seu artigo 13: "O Direito à vida, à liberdade e a procura da felicidade será o supremo objetivo das leis e do Governo".

Sendo 1.979 o Ano Internacional da Criança, mais do que nunca o assunto deve ser prioritário. O problema do menor abandonado não é do menor abandonado, mas do maior abandonado.

Pretendemos dar nossa colaboração, continuando os estudos sobre a situação do menor do Paraná, além de contribuir para o reativamento da Comissão Especial do menor abandonado.

Lembramos que o Governo deve estar alerta: não pode existir a propalada segurança, enquanto existir a fome a doença, a miséria e o menor abandonado, para desespero de milhões de brasileiros."

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Muito obrigado, companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Senhor Presidente, nobres Deputados.

Nós começamos o ano de 1979 com a sociedade civil brasileira a respirar um ar de expectativa e de esperança, com a queda, com a extinção do principal instrumento que a autocracia brasileira usou nos últimos dez anos, para reprimir os anseios da Nação brasileira e para oprimir consideráveis par-

celas da opinião pública nacional.

Extinto o AI-5, substituído pelas chamadas salvaguardas de estado, pensava-se que haveria um processo de esvaziamento do Movimento Democrático Brasileiro, com companheiros nossos aderindo às hostes do oficialismo. Entretanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, como numa tentativa de se tentar sentir, se realmente os autocratas estão eliminando o AI-5 e o real desejo de conduzir o país às trilhas da democracia, ou se estão apenas fazendo uma concessão à pressa legítima vinda da base, da base da sociedade civil, nós não temos observado, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esse esvaziamento da oposição, mesmo porque não se entendem as palavras de conciliação que não sejam acompanhadas de atos e fatos concretos.

E não será conciliação o que ocorre hoje no Rio Grande do Sul, e não será conciliação tantas e tantas amostras que a autocracia tem dado, na prática e que pretende se perpetuar no poder. Mas, Senhor Presidente, nós que acreditamos na marcha da História, acreditamos que a sociedade civil terá forças suficientes para fazer valer os seus desejos e os seus anseios, mas acima de tudo, os seus direitos.

Hoje observamos uma série de pessoas que, equivocadamente apoiavam ontem o oficialismo, mas que hoje vem se emanar aos democratas de sempre, pedindo a volta do país ao Estado pleno de direito, à democracia.

Assim não bastam apenas os dissidentes da ARENA de vanguarda de São Paulo, não bastam os dissidentes da ARENA nacional.

Hoje, Sr. Presidente, registramos, em nome do MDB, com muita satisfação, a vinda para o nosso Partido, dos Vereadores da cidade de Goioerê, Nilson Costa Rezende, farmacêutico e agricultor; Leonildo de Souza Grota, Advogado e, até ontem, Presidente da Câmara Municipal; Dorival Silva Cavalcante, economista e, até ontem, 1.^o Secretário daquela Câmara que, associando-se à bancada de Vereadores do MDB, formada pelos Vereadores Antônio de Faria e George Gonçalves Paiva, vêm dar, ao MDB de Goioerê, maioria na Câmara Municipal daquela cidade.

Mas, este é um fato isolado e deve ser entendido, Srs. Deputados, como um desejo e um sentimento do povo brasileiro, de que a opressão deve ter fim; que a repressão não pode, apenas, mudar de nome, mas, deve ter um "basta". E os destinos da Nação não poderão mais serem decididos por meia dúzia de privilegiados que, pertencente a uma elite de Poder, pretende, conseqüentemente, nele se perpetuar. Deverá significar, isto sim, o desejo e o sentimento da sociedade nacional e que não quer esta ou aquela parcela impor a sua vontade; mas, deseja o jogo limpo, aberto, franco e amplo do debate acerca dos destinos nacionais.

E, finalmente, Srs. Deputados, a regra básica da democracia — cada cabeça um voto; cada voto, uma decisão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, está encerrado e passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os governos, federal e estadual, continuam em débito para com a minha cidade; continuam em débito para com Guarapuava, e, eu, estou aqui para cobrá-los.

Desde 1970, quando por Decreto Federal foi criada a Faculdade de Ciências e Letras de Guarapuava, a comunidade guarapuavana unida, tendo a seu lado a Prefeitura Municipal, elaborou vastíssimo projeto de viabilidades para a criação da Universidade de Guarapuava. No decorrer de todo este tempo, já se passaram oito longos anos, e não tivemos, ainda, do Ministério da Educação e Cultura, nem sequer, uma resposta às nossas pretensões que são as mais justas. E, como Deputado daquela

região e, especificamente, de Guarapuava, tenho que ser o intérprete do meu povo e é assim que quero proceder, na minha conduta nesta Casa de Leis, para continuar lutando por este anseio legítimo e justo do meu povo, de uma cidade tradicional, de um centro geo-econômico dos mais importantes do País, de um município que conta hoje com mais de 180 mil habitantes, destes 180, 80 mil de uma população urbana. Guarapuava, berço das tradições deste Estado; berço da cultura deste Estado e que tem participado ativamente do processo econômico, social e político da Nação, dando a sua contribuição através da história e através dos homens que de Guarapuava saíram para ocupar altos cargos.

É necessário que assuntos desta importância, que assuntos desta profundidade não mereçam o tratamento burocrático moroso, que o MEC vem dispensando a assuntos desta ordem.

Tivemos, teve o Paraná por quatro anos um Ministro da Educação paranaense, que hoje, vêm após dia 15 de março será o Governador nomeado do Paraná. Mas, entretanto, as grandes reivindicações do ensino superior no Paraná não tiveram o seu atendimento, quando a esperança do paranaense durante aqueles quatro anos em que ocupava a Pasta do Ministério um paranaense, cito como uma das reivindicações mais justas do povo paranaense que era a federalização das nossas Universidades. Passaram-se estes quatro anos de mandato do Sr. Ney Braga como Ministro, e o Paraná continuou à margem desta providência. E um dos últimos atos de Sua Excelência o Senhor Ministro de então, esquecendo as reivindicações do Paraná, foi federalizar a Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Quando abordamos este assunto, Srs. Deputados, quando reclamo para a minha cidade e para a minha região uma Universidade, faço preocupado com a situação da educação neste País e principalmente neste Estado.

Temos exemplos em Estados vizinhos, como o Rio Grande do Sul, assunto que já foi nesta Assembléia levantado pelo ilustre Deputado Deni Schwartz, uma verdadeira ação em contrário da conduta do Paraná, no Rio Grande do Sul o Orçamento do Estado na verba de educação na sua maior parte é canalizado para o ensino primário, exatamente nesta fase mais importante de formação do escolar, ao passo que os recursos dispendidos para o ensino superior são de menor monta.

Por que acontece isto no Rio Grande do Sul e no Paraná exatamente ao contrário? Quando aqui os investimentos da educação são maiores no ensino superior e menores no ensino primário e secundário?

É exatamente porque as nossas Universidades não são federalizadas. Porque o Governo do Estado é obrigado a dispor de maiores recursos para o ensino superior, que é caro, e fica o ensino primário e secundário à margem destes benefícios dos mais importantes. E temos hoje no Paraná como consequência desta distorção, a má qualidade do ensino primário e secundário que gerou uma verdadeira picaretagem no ensino deste Estado que é a proliferação de cursinhos, de um ensino massificado que não ensina e que não orienta. Porque quem não teve uma base de primário, como é preciso ter, não adianta passar por um cursinho, que durante um ano recapitula aquilo que já foi aprendido.

Mas, e quem não aprendeu? Então é necessário que se olhe para este problema. E se faço este adendo ao meu pronunciamento, quando peço Universidade para Guarapuava, é exatamente para alertar as autoridades competentes pela Educação neste Estado, para que voltem com mais carinho as suas atenções para este problema que é crucial em nosso Estado. Vejam, Srs. Deputados, esses cursinhos além de serem massificantes em termos de Educação, não transmitem conhecimento, trazem ainda como consequência funesta desta atitude, o ingresso nas faculdades, de elementos mal preparados, porque o próprio regime de vestibular não revela o conhecimento que o aluno deveria ter, conhecimento este, que ele só adquire no primário,

quando o primário é bem ministrado.

Nestas condições, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não aceito as justificativas do Ministério da Educação e da Cultura, de que não pretende ampliar a nossa rede de Universidades, e alegam problemas de toda ordem, não quero saber, sei que minha cidade tem condições de ser sede universitária. Sei que isso é um anseio justo do meu povo, e em seu nome eu quero reclamá-lo. Pretendo durante este meu mandato, dar continuidade a um programa de ação em prol da Educação no meu Estado.

Já solicitei ao Líder de minha bancada, Deputado Nilso Sguarezi, que me inclua, que me indique para a Comissão de Educação desta Casa, para que possa através do trabalho de Comissão, desenvolver um trabalho mais profundo neste sentido.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa me permite um aparte? — (Assentimento) Tenho em mãos o jornal "Correio do Estado" da cidade de Campo Grande do Mato Grosso do Sul, e que trouxe para apresentar a esta Casa, e para desmistificar uma alegação que se fez durante quatro anos, inclusive, contra a própria bancada da ARENA, e neste momento em que V. Ex.^a trata do assunto, eu pediria permissão para me inserir no seu brilhante discurso, no seu brilhante pronunciamento, dizer de viva voz, e com um documento em minha frente, que a ARENA e o MDB do Paraná, foram, por quatro anos, traídos, que os paranaenses foram traídos e que principalmente, os Deputados de Maringá, Ponta Grossa e Londrina foram traídos, porque enquanto se dizia que no Paraná, não se permitiriam mais federalizações de Universidades, está aqui em minhas mãos o jornal do Mato Grosso do Sul, que diz o seguinte:

"DAU MEC ASSESSORA professores da Universidade Estadual de Mato Grosso.

Chegou ontem a Campo Grande, a professora Núbia David Macedo, do Departamento de Assuntos Universitários, do Ministério da Educação, para prestar assessoramento à Comissão de Elaboração de Normas e Critério de Enquadramento do quadro docente da Universidade Estadual em regime de Universidade Estadual, em regime de universidade federal."

Tenho em mãos o jornal que afirma inclusive, que "até o mês de junho estará federalizada a Universidade Estadual do Mato Grosso", poderia haver a alegação de que é um novo Estado que surge.

Mas eu fico a pensar, se a Universidade do Paraná, a mais antiga do Brasil, fundada há muitos anos, tem condições de atender aos interesses educacionais superiores do nosso Estado que se transformou, de alguns anos para cá, num Mato Grosso, mas em muitos Matos Grossos, porque a população paranaense, hoje, é cerca de cinco vezes maior do que a de Mato Grosso do Sul.

Se a alegação é que lá é um novo Estado, nós somos cinco Estados novos, mas a vontade de agradar os todo-poderosos deste País, faz com que os homens do Paraná, que vão para o plano federal, agradem os homens lá de cima, mas não agradem o povo paranaense.

Por isso, meus parabéns, Sr. Deputado, e o alerta aos homens da ARENA e do MDB, que, principalmente, representam diretamente as cidades para as quais nós temos pleiteado a federalização, Universidades de Ponta Grossa, de Londrina e de Maringá, e o alerta, de que não é verdade que não se federalizaram mais universidades no Brasil, só no Paraná, porque este é um Estado marginalizado.

Era o aparte.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço o brilhante aparte de

V. Ex.^a, que vem me ajudar e de muito, na minha linha de pensamento. V. Ex.^a tem razão, é injustificável, o Paraná não aceita que durante quatro anos tivéssemos um Ministro paranaense que já fora Governador eleito pelo voto direto do povo paranaense, com uma administração que marcou, sem dú-

vida, e que na direção do Ministério, um dos mais importantes e que deveria ser um dos mais importantes deste País, esquecesse do Paraná, trazendo uma frustração tanto aos políticos, como àqueles que se interessam pelo ensino no Paraná.

Outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que me traz à tribuna, trata-se da estrada de ferro, de seu projeto, que liga Guarapuava a Foz do Iguaçu. Logo no início do Governo Geisel, esta ferrovia integrava o segundo PND em caráter prioritário. Ficou só no papel e só no caráter, porque como todos os projetos ferroviários importantes deste País, acabam adormecendo no fundo das gavetas dos Ministérios, para atender, certamente, interesses de grandes grupos multinacionais, que não têm interesse que este País tenha uma malha rodoviária capaz e necessária, para dar vazão à nossa produção.

O Sr. Gabriel Manoel — V. Ex.^a permite um aparte? — (Assentimento) Nós temos uma malha rodoviária muito bem estruturada no Paraná, V. Ex.^a está equivocado, mas teremos também uma malha ferroviária no Governo de Ney Braga. Porque no Governo de Canet Júnior, nós temos uma das melhores malhas rodoviárias no País, que são as estradas rodoviárias que servem o maior porto do Brasil, que queria que V. Ex.^a fizesse referência, porque a malha rodoviária do Governo do Paraná, do grande Governo Canet Júnior, é uma das melhores, uma das mais exemplares da Federação Brasileira, onde se inaugura asfalto, onde se leva a aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

Admiro V. Ex.^a em vir criticar a malha rodoviária do grande Paraná, que V. Ex.^a faz parte, e do grande Governo Canet Júnior, e também do grande Ministro da Educação que foi Ney Braga, que trouxe ao Paraná em programa escolar de primeiro grau, seis mil salas de aula, do dinheiro aplicado em convênio com o governo paranaense. Estamos aprimorando o ensino e haveremos, dentro de poucos anos ou poucos meses, mostrar a V. Ex.^a e toda a bancada, que críticas infundadas não haverão de prevalecer, porque no Paraná sai o Governo de Canet Júnior com as mãos honradas e carregado pelo povo, para entregar ao Governo Ney Braga, que é um homem honrado e que soube honrar o Paraná, para o seu Estado e para as pequenas comunas que V. Ex.^a esquece neste instante de especificar, onde as salas de aula proliferaram em todos os rincões de norte a sul. E V. Ex.^a vem, numa apologia quase demagógica, a dizer que o Paraná não foi beneficiado por este grande Ministro e pela malha rodoviária que aí está, esta grande obra de Canet Júnior, que são as estradas asfaltadas que V. Ex.^a, apesar de sua posição, tem a honra e a satisfação de por ela trafejar.

Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Ilustre Deputado Gabriel Manoel, primeiramente, V. Ex.^a deve estar equivocado, não falei em malha rodoviária, falei em malha ferroviária...

O Sr. Gabriel Manoel — Nas notas taquigráficas poderá se observar se foi malha rodoviária ou ferroviária.

O SR. TRAJANO BASTOS — ... Agora, quanto ao assunto rodoviário, fica por conta de V. Ex.^a fazer apologia de seu Governador.

Quanto ao problema do ensino e da educação, V. Ex.^a dedique um pouco do vosso tempo e fale com os professores do Paraná.

Voltando ao assunto, Sr. Presidente, no que diz respeito à Estrada de Ferro Guarapuava - Foz do Iguaçu; é quase que inacreditável, que programas outros de Governo, tenham tido um tratamento mais afoito, por assim dizer, do que este problema de estradas de ferro, de um modo geral no Brasil e, particularmente no Paraná.

O Paraná teve um exemplo negro, em termos de ferrovia, com a Ferrovia Central do Paraná. Vários governadores inauguraram a Central do Paraná; foram feitas até viagens de inaugu-

ração, com festas, foguetório e outros que tais e esta estrada, tão ansiada e tão necessária para o Paraná, passou pelo tempo, trazendo placas de inauguração em todos os pontos do seu trajeto.

Mas, vinha dizendo, que no Brasil é de se estranhar, que tanto dinheiro se invista em asfalto que em muitos casos para mim não se trata de demagogia barata, mas se trata de demagogia cara. Porque nunca, na história deste Estado, as empreiteiras de asfalto ganharam tanto dinheiro; até com asfaltos "casca de ovo", e que não traduzem as necessidades do nosso tempo. Que não traduzem os anseios do nosso tempo, que não traduzem a preocupação de uma perspectiva a longo prazo.

O Sr. Quíselo Crisóstomo — V. Ex.^a permite um aparte? — (Assentimento) Passei a gostar do pronunciamento, quando o nobre orador, invade uma área de natureza técnica.

O famoso asfalto "casca de ovo", hoje é matéria discutida em todo o Brasil, tecnicamente. Técnica e economicamente. E mais, realmente, a exemplo de todos os grandes administradores, Jayme Canet Júnior colocou o Paraná como um verdadeiro protótipo, como um corpo de ensaio das grandes iniciativas.

E o asfalto de baixo custo, que V. Ex.^a chama de "casca de ovo"...

O SR. TRAJANO BASTOS — Não. Não sou eu que chamo; é o povo que batizou, nobre Deputado.

O Sr. Quíselo Crisóstomo — ... e V. Ex.^a deve ter ensinado o povo a chamar assim?

Este é tecnicamente chamado "o asfalto de baixo custo".

E nós verificamos, nobre Deputado, nós, que viemos das regiões mais pobres do Paraná, que até aqui — e veja que já vamos há alguns anos que o asfalto de baixo custo já está funcionando no Paraná. Verificando a cada dia que passa, que o cálculo dos engenheiros está sendo cumprido cronologicamente, matematicamente e financeiramente, dentro das previsões.

Hoje o Paraná recebe, desta administração, o maior investimento em asfalto, proporcional, de todos os Estados do Brasil. E nós verificamos, inclusive reflexos políticos, que evidentemente V. Ex.^a e sua bancada não devem concordar, politicamente, porque realmente a ARENA tirou proveito desta administração, principalmente no investimento asfáltico.

Entendo que, no futuro, a qualidade desse tipo de obra haverá de trazer uma nova avaliação política; nesta nós tivemos uma vantagem considerável sobre a bancada de V. Ex.^a. E haveremos — sobre quanto nós política e tecnicamente temos conhecimento da matéria — haveremos de desfrutar, muitas vezes, politicamente, desta iniciativa de Jayme Canet Júnior.

Felizmente para o Paraná, felizmente para a Arena e, infelizmente para sua bancada, desculpe nobre Deputado, a quem eu devoto grande admiração ao orador que está na tribuna.

Agora, com relação à referência que faz V. Ex.^a ao futuro Governador, eu pude captar apenas uma frase dizendo que o Governador, o futuro Governador esqueceu do Paraná, quando Ministro.

Eu poderia citar um número muito grande de exemplos, por exemplo, no crédito educativo, onde o Ministério da Educação deu ao Brasil inteiro, 350 mil bolsas de estudo pelo crédito educativo. Destas um percentual significativo foi dado no Paraná, para alunos da Arena e alunos do MDB. E V. Ex.^a deve ter notícia disso. Essa foi uma das inúmeras iniciativas do Ministério da Educação no nosso Estado. Sem repisar, porque cada vez que um tribuno da eloquência de V. Ex.^a assoma à tribuna, nós temos que...

O SR. TRAJANO BASTOS — ... como o aparte de V. Ex.^a é muito longo...

O Sr. Quíselo Crisóstomo — Eu serei breve...

O SR. TRAJANO BASTOS — ... eu vou me perder na resposta, e quero dizer a V. Ex.^a, que quando reclamo da educação no Paraná, reclamo de sua qualidade, a qualidade do

ensino no Paraná é precária, e nós estamos cheios de paliativos. Bolsas do MEC e bolsas não sei do que, isso para mim é paliativo. Nós temos que melhorar é a qualidade do ensino, Sr. Deputado. Nós defendemos um princípio que talvez V. Ex.^a não defenda, que é o ensino gratuito em todos os níveis. Aí sim, atenderia a necessidade do nosso País e a necessidade social do nosso Estado, aí eu estaria com V. Ex.^a e no que diz respeito ao asfaltamento no Paraná, talvez eu concorde com V. Ex.^a.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Ex.^a me diz que V. Ex.^{as}, Deputados e candidatos da Aliança Renovadora Nacional, tiraram proveito político da situação. Concorde. Talvez tenha sido até uma obra eleitoreira. Talvez V. Ex.^a tenha razão, dentro das próprias palavras e afirmações de V. Ex.^a. V. Ex.^a pode concluir.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Posso terminar o meu raciocínio. V. Ex.^a vai me permitir, uma vez mais, lembrar de que o Paraná, durante a gestão ministerial de Ney Braga, nos últimos anos, se promoveu na política federal mais que qualquer um dos Estados do Brasil.

V. Ex.^a é paranaense, V. Ex.^a hoje não pode, quando se trata de Ney Braga, se comportar como simplesmente um Deputado da Oposição. V. Ex.^a acima de um Deputado da Oposição, é um paranaense que deve render a homenagem devida ao homem certo e na hora certa. O Paraná teve a maior representação política e administrativa do Governo Federal na última gestão presidencial. Devemos isto, nobre Deputado Trajano Bastos, a um homem público, a um grande líder que, por 20 anos, honra a grande liderança do Paraná, Ney Braga.

Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Faço votos, Deputado, que essa representatividade do Paraná na esfera federal continue, mas continue com atuação, porque só para preenchimento de cargos, de nada adianta. Continuando, Sr. Presidente, quem conhece esta região do Oeste, Centro-Oeste, Sudoeste, que é a região de alta produção agrícola, e quem trafega por esta estrada da morte que se chama BR-277, sente na carne, sente diuturnamente, a necessidade que se reinclua no plano prioritário, a estrada de ferro Guarapuava-Foz do Iguaçu. Porque, numa época em que o Governo alardeia a todos os cantos a necessidade de economia de combustível, que o Senhor Ministro da Fazenda solicita cinicamente até, para que o povo continue apertando os cintos, mas que, em contrapartida as mordomias e os gastos oficiais atingem níveis insuportáveis, continua o Paraná e o Brasil, prejudicados por falta dessa estrada. Porque, enquanto ela não é construída - a História nos leva a crer que todo e qualquer projeto ferroviário neste País, não alcança a sua conclusão, porque atrás disso devem estar grandes interesses econômicos. E, como exemplo, cito a Ferrovia do Aço, que o Presidente Geisel assumiu compromisso com a Nação de construí-la e concluí-la.

E que o Brasil assitiu foi, simplesmente, o seu esquecimento, fazendo com que prolifere, cada vez mais, o transporte rodoviário que é o mais caro do mundo. E técnica e politicamente também, ninguém pode discordar dessa realidade. Não precisamos muito de asfalto. Precisamos sim, de ferrovias. Ferrovia que é transporte barato e permanente. Ferrovia que traria a economia de divisas elevadíssimas para o País, e que daria condições de barateamento do custo de vida ao consumidor.

Porque, hoje, vemos como uma das grandes consequências do transporte rodoviário, o encarecimento do custo de vida já insuportável pela Nação.

E que, durante 14 anos, o Governo Revolucionário, munido de todos os poderes que jamais teve um príncipe, um monarca, um patriarca, neste mundo inteiro, não conseguiu, com o AI 5, com todas as exceções e todos os arbítrios, controlar essa inflação que corrói e destrói a personalidade e a econo-

mia do povo brasileiro.

É isso que reclamamos.

Se o AI 5 teve poderes, Srs. Deputados, para fechar o Congresso Nacional, para banir brasileiros, para torturar e matar nas prisões, por que não teve o poder de conter a inflação e melhorar o nível de vida do povo?

Fica a pergunta no ar. É quase irrespondível.

Mas, como todo o bom brasileiro, que tem o coração cheio de esperança, vamos continuar esperando que o bom senso, o bom senso dos dirigentes da Nação atentem para a realidade social do nosso povo.

Que deixem o arbítrio, que deixem a prepotência, que deixem o mandonismo, e que olhem para a realidade social deste País, realidade social que deve preocupar profundamente os homens do governo; cuja preocupação foi expressa pelo futuro Ministro da Fazenda, Carlos Riechbiter, e neste episódio devo prestar a minha homenagem a esse homem que, mesmo como candidato a Ministro, teve a coragem de abordar o assunto com a franqueza que é necessário abordar, muito embora seja um homem que faz parte do regime, do sistema; quando aventou e chamou a atenção dos futuros governantes para o perigo social gerado por esta inflação descomedida; pela falta de distribuição mais justa da renda, pela concentração da renda desumana que este Governo impôs à Nação...

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Ex.^a concede-me um aparte? O SR. TRAJANO BASTOS — Então, é nestas condições, Sr.

Deputado Quielse Crisóstomo, que ocupo a tribuna na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Deputado Trajano Bastos, a Presidência comunica a V. Ex.^a que está esgotado o tempo regimental, no entanto, concede-lhe um minuto para terminar o seu pronunciamento.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço, Sr. Presidente, e concluirei dentro desse tempo.

Então, é necessário que deixemos de lado preocupações de defender este ou aquele político, este ou aquele governador; este ou aquele interventor de província, e que olhemos para a realidade social do povo que nos mandou para cá.

Reclamo em nome do meu povo no foro específico para tal fim, ocupando a tribuna que o povo me concedeu para reclamar dos governos, dos ministros, dos assessores, dos técnicos, os desatendimentos, e falta de atendimento, de tratamento adequado e justo que o Paraná tem sofrido, durante todos estes anos desse negro período de 15 anos de exceção, de arbítrio e de prepotência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Esta Presidência tem a honra e a satisfação de registrar a presença, em nosso Plenário, do Deputado Estadual Armando Souza Pinheiro, Deputado pelo glorioso Estado de São Paulo, Estado que é o orgulho de todo o povo brasileiro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná recebe com muito orgulho, a visita do ilustre Deputado nesta Casa de Leis.

Esta Presidência consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar o horário que lhe é reservado. — (Declina).

Consulta a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja ocupar o horário que lhe é reservado. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.**

Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio.— **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/78, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro na cidade de Assis Chateaubriand. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a criação e instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de estudar e apurar a situação pertinente à Erosão, Poluição, Florestas e Vasão dos Rios no Estado do Paraná.— **À Divisão das Comissões, para os devidos fins.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ivan Bittencourt, ocorrido em Londrina.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à revista “VEJA” pela publicação da reportagem “Descendo aos Porões”.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Áureo Machado, Vice-Prefeito da cidade de Clavelândia.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 142/78.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e aplausos ao jornal “Diário Popular” pela passagem do seu 16.º aniversário.— **Em votação.**

O SR. MÁRIO CELSO — Senhor Presidente, requero justificativa de voto.

Queria encaminhamento de votação, mas não foi possível, devido o problema de som, aqui, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está em encaminhamento de votação.

O SR. MÁRIO CELSO — Muito obrigado. Gostaria somente de registrar, aproveitando a ocasião, porque o que me liga ao “Diário Popular” realmente, são laços mais do que sentimentais. Trabalhei neste órgão durante muito tempo, convivi com aquela família e sei da sua orientação e da sua conduta. Gostaria então de ler a justificativa, a fim de que os demais companheiros tomassem ciência:

“Desde sua fundação, há dezesseis anos passados, o jornal “Diário Popular” assumiu uma posição independente, adotando uma linha séria e objetiva, que o consagrou como exemplo de nossa imprensa. Divulgando fatos, fazendo denúncias ou prestando utilidade pública, nunca fugiu da verdade. Sob o comando do dinâmico jornalista e advogado Dr. Abdo Aref Kudri, conta hoje, com uma equipe de profissionais do melhor gabarito, além de um parque gráfico dos mais modernos. Na comemoração dos seus 16 anos de atividades é nosso dever

prestar a justa homenagem, exaltando as qualidades de um órgão que luta pelo Paraná e cuja trajetória vitoriosa é das mais brilhantes.”

Fui honrado, também, Senhor Presidente, em 1977, com o título de Vereador do Ano, pelo “Diário Popular” e, em 1978, esse título ficou com o nosso companheiro de Casa, o Deputado Airton Cordeiro.

Sei da seriedade da pesquisa e do levantamento dos dados. Por isso, com muito prazer que nesse momento faço esta solicitação à Casa, para que prestemos a homenagem ao “Diário Popular”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de ser atribuída gratificação de função aos diretores de estabelecimentos de ensino, solicitando ainda nomeação de diretor para o Colégio Estadual de Palmeira.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam determinadas providências do DER, visando reparos na estrada trecho Palmeira-São João do Triunfo.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República, e ao Sr. Ministro das Comunicações, encarecendo a revisão do processo que cancela a concessão do Canal 3, Televisão Coroados de Londrina.— **Em votação.**

O SR. LÁZARO DUMONT — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Senhor Presidente, o motivo que nos leva a apresentar esse requerimento, é principalmente, passar este fim de semana na cidade de Londrina, onde tivemos a oportunidade de manter contato acidentalmente sobre o assunto, com políticos, pessoas de nossa amizade, homens ligados à imprensa em Londrina, enfim, telespectadores comuns de Londrina, sobre este assunto. O que a gente sente hoje, na cidade de Londrina, principalmente, é de que realmente há até um clima de inquietação por esse ato, pois a TV Coroados de Londrina, principalmente para aqueles que residem no Norte do Paraná há muito tempo, e não precisamente de Londrina, sabe o que significa a TV Coroados. É uma bandeira, basta dizer que foi a primeira televisão a ser instalada em uma cidade do interior do Brasil. É sem dúvida nenhuma uma estação pioneira, uma estação que, lamentavelmente por um ato agora, não sei se do Sr. Presidente da República, ou do próprio Sr. Ministro das Comunicações, de uma hora para outra e, possivelmente, antes do dia 15, poderá sair do ar. O intuito neste nosso pedido, que nós, aqui, não queremos nem entrar no mérito da questão de problemas políticos de grupos econômicos; absolutamente. O que nós gostaríamos era de continuarmos, ao ligarmos o televisor, ao ligarmos a televisão no Norte do Paraná, ver a imagem e o som da TV Coroados de Londrina que, realmente, é uma bandeira naquela região do Estado do Paraná,

Por outro lado, estamos sabendo que o Canal 7 que deverá entrar em atividades, ainda nestemês, também

na cidade de Londrina, este Canal deverá transmitir som e imagem da Rede Bandeirantes de Televisão. A TV Tibagi, com sede em Apucarana, já transmite o som e a imagem da Rede Tupi de Televisão. Então ficaria toda aquela região, principalmente, a região do Norte Pioneiro do Paraná, sem as imagens da TV Globo. Se permanecer a TV Coroados, no ar, o Norte do Paraná ficará totalmente coberto com as suas imagens e os seus sons de televisão, com a Rede Tupi, a Rede Globo e a Rede Bandeirantes.

Mas, não é, repito, tanto esse aspecto que nos comove; mas, sim a bandeira que significa para o Norte do Paraná, hoje, a TV Coroados de Londrina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal “Diário Popular” pela passagem de seu 16.º aniversário. — **Aprovado.**

O SR. JURANDIR MESSIAS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, o requerimento de autoria do ilustre Deputado Tuguio Setogutte, que pretende também prestar uma homenagem ao “Diário Popular”, e que leva, eu não diria que foi uma omissão de Vossa Excelência, mas...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Presidência lamenta mas, o requerimento está subscrito, também, pelo Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, não seria o caso.

Eu pretendo fazer a leitura, se assim V. Ex.^a permitir, da justificativa que eu e o Deputado, que também é autor do requerimento, fizemos a esta nossa pretensão. (Lê):

“JUSTIFICATIVA:

Ao completar seus 16 anos, o “Diário Popular” vem demonstrando ao povo paranaense todo um trabalho, no seu dia a dia, noite adentro, ruas afora à cata de notícias, do assunto, da reportagem, demonstrando sempre uma linha de ação, tornando-se um dos mais importantes jornais da Capital.

O “Diário Popular”, que tanto destaque tem oferecido aos trabalhos desta Casa de Leis, aliados ao moderno jornalismo, o credenciam como um dos mais importantes veículos da comunicação e fonte de idéias e aspirações retribuídas pelas glórias que foi vivida e exultada em cada fechamento de uma nova edição no decorrer dos anos.”

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação de Ensino Novo Ateneu, pela inauguração das novas instalações do Colégio Novo Ateneu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, lido da tribuna, solicitando seja conferido à Rede Globo de Televisão, por intermédio da TV Paranaense Canal 12, voto de congratulações, manifestando o regozijo deste Poder Legislativo, pela concessão do prêmio “SALUTE 1979”, conferido pelo Conselho Internacional da Academia Nacional de Artes e Ciências da Televisão dos Estados Unidos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando urgentes providências, para considerar-se como obra prioritária, a Estrada de Ferro que liga Guarapuava a Foz do Iguaçu. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, encarecendo providências no sentido de ser criada em Guarapuava, a Universidade de Guarapuava. — Em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, adia-se, na forma do art. 150, do Regimento Interno, para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 77/78.

Levanta-se a sessão.